

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS/MG**

Dispensa de Licitação nº 030/2025 – Processo Administrativo nº 081/2025

Objeto: Contratação de empresa para realização de capina ecológica em vias urbanas.

MINAS - CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.080.373/0001-85, com sede na Rua Bahia, 762, Santa Eugênia II, Lagoa da Prata/MG – 35.593-156, na figura de seu representante **GUSTAVO SILVEIRA BORGES DE CARVALHO**, RG nº M1.462.126, CPF nº 965.174.766-87, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Aviso de Dispensa de Licitação nº 030/2025.

I – TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, destaca-se que, embora o Aviso de Dispensa de Licitação nº 030/2025 não traga, de forma expressa, previsão acerca da possibilidade e do prazo para apresentação de **impugnações**, tal previsão decorre diretamente da legislação vigente, mais especificamente do artigo **164 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Ainda que o dispositivo legal utilize a expressão "edital de licitação", sua aplicação estende-se, por analogia e interpretação sistemática, aos procedimentos de dispensa de licitação. Ademais, considerando que a abertura das propostas está prevista para o dia 26/06/2025, às 09h00, e que a presente impugnação foi protocolada em 23/06/2025, é evidente que se

encontra plenamente tempestiva, nos exatos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

Processo Licitatório Nº 81 / 2025

Status: Em andamento

Modalidade: Dispensa Nº 30 / 2025

Data Abertura: 26/06/2025 09:00

Objeto: Contratação de empresa para realização de capina ecológica para manutenção e limpeza das vias urbanas do município.

[Anexar Proposta](#)

Diante disso, impõe-se o regular recebimento da presente impugnação, com a devida suspensão do trâmite do procedimento até a sua análise e decisão pela autoridade competente.

II – FATOS

O Aviso de Dispensa de Licitação nº 030/2025 tem como objeto a contratação de empresa para realização de capina ecológica nas vias urbanas do município, mediante aplicação de mistura composta por ureia (10%), vinagre (20%), açúcar (10%), essências vegetais (10%), detergente (10%) e diluição de 1:66, conforme previsto no Anexo I – Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O Quadro 01, a seguir, demonstra as informações do objeto:

Quadro 01 - Descrições Detalhadas dos Objetos

ITEM	DETALHAMENTO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA
01	Prestação de serviços de combate a pragas e ervas daninhas em vias públicas com utilização de solução/mistura ecológica. Composição do Herbicida: Ureia 10%, Vinagre 20%, Açúcar 10%, Essência Vegetais 10%, Detergente 10%, com diluição de 1:66. (Serviço Por Litro Aplicado).	12.000	LITROS

Ocorre que a referida contratação, da forma em que foi estruturada, apresenta ilegalidades e vícios insanáveis, especialmente no que tange à utilização de produto não registrado, não autorizado pelos órgãos competentes (MAPA, ANVISA e IBAMA) e que pode, inclusive, caracterizar capina química disfarçada de ecológica, prática vedada em ambiente urbano pela ANVISA.

III – OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

III.I - Irregularidade da Solução Proposta: produto de controle ambiental

O aviso de dispensa de licitação prevê em seu objeto a **Contratação de empresa para realização de capina ecológica em vias urbanas.**, sendo mediante aplicação de mistura composta por ureia (10%), vinagre (20%), açúcar (10%), essências vegetais (10%), detergente (10%) e diluição de 1:66, conforme especificado no Termo de Referência anexo ao aviso.

No entanto, **a utilização desta solução é uma forma de capina química**, que é vedada pela legislação ambiental vigente, sendo considerada uma prática nociva ao meio ambiente e à saúde pública.

Verifica-se que nos termos do art. 2º, inciso XXX, da Lei nº 14.785/2023, considera-se "**produto de controle ambiental**" aquele destinado a **alterar a composição da flora ou fauna**:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

(...)

XXX - produtos de controle ambiental: produtos e agentes de processos físicos ou químicos isolados ou em mistura com biológicos destinados ao uso nos setores de proteção de florestas nativas ou de outros ecossistemas e de ambientes hídricos, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

A própria descrição do objeto da dispensa de licitação deixa claro que a função da mistura **é promover o combate a pragas e ervas daninhas**, funcionando como herbicida, o que caracteriza nitidamente sua ação como **produto de controle ambiental**, ainda que seus componentes sejam de venda livre.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O Quadro 01, a seguir, demonstra as informações do objeto:

Quadro 01 - Descrições Detalhadas dos Objetos

ITEM	DETALHAMENTO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA
01	Prestação de serviços de combate a pragas e ervas daninhas em vias públicas com utilização de solução/mistura ecológica. Composição do Herbicida: Ureia 10%, Vinagre 20%, Açúcar 10%, Essência Vegetais 10%, Detergente 10%, com diluição de 1:66. (Serviço Por Litro Aplicado).	12.000	LITROS

Assim, por se enquadrar como um produto de controle ambiental, é necessário se atentar ao disposto no art. 3º da Lei

Art. 3º Os agrotóxicos, os produtos de controle ambiental, os produtos técnicos e afins, de acordo com as definições constantes do art. 2º desta Lei, somente poderão ser pesquisados, produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente autorizados ou registrados em órgão federal, nos termos desta Lei.

Ocorre que o aviso prevê, em seu objeto, o fornecimento e a aplicação de um produto de controle ambiental em áreas urbana, mas tampouco exige:

- Registro do produto no MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária);
- Autorização da ANVISA para aplicação urbana;

Assim, no presente caso, não há qualquer indício de que tal mistura possua registro ou autorização dos órgãos competentes, configurando violação direta à legislação.

Noutro sentido, poderia, em uma interpretação equivocada, tentar classificar a mistura como adjuvante, a fim de afastá-la das exigências aplicáveis aos herbicidas e produtos de controle ambiental. No entanto, tal argumentação não se sustenta juridicamente nem tecnicamente, uma vez que o adjuvante, por definição, não possui ação direta sobre pragas, plantas ou organismos, atuando apenas como potencializador ou veículo para produtos efetivamente ativos.

Todavia, se a mistura tem a capacidade de matar plantas, promover a dessecação ou controle de vegetação, então, inequivocamente, não se trata de adjuvante, mas sim de um produto de efeito direto, com ação biocida, caracterizando-se como produto de controle ambiental, conforme os critérios objetivos da Lei nº 14.785/2023. Portanto, a tentativa de enquadramento como adjuvante não se sustenta diante da finalidade prática do produto, que é a eliminação de ervas daninhas.

Portanto, a permissão genérica de “mistura ecológica”, quando na verdade se trata de um produto de controle ambiental, abre margem para o uso de compostos químicos o que descaracteriza totalmente a proposta do aviso de dispensa e induz o erro técnico e legal.

III.II – Ausência de estudos sobre reações químicas entre os componentes da mistura

Importante destacar que não há qualquer estudo técnico ou laudo apresentado no processo que demonstre os efeitos da interação química dos componentes utilizados na mistura proposta.

A simples análise isolada de cada substância não é suficiente nem juridicamente válida. O que importa é a sua ação combinada no meio ambiente, levando em conta possíveis reações químicas, efeitos sinérgicos, degradação, subprodutos tóxicos e impactos cumulativos no solo, na água, na fauna e na flora urbana. Sem tais estudos, não é possível aferir os reais riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Esta omissão caracteriza grave violação ao princípio da precaução ambiental, previsto no artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de proteger o meio ambiente na dúvida quanto aos riscos de determinada atividade.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (destacou-se)

Portanto, diante da completa ausência de estudo sobre o efeito combinado dos elementos componentes da mistura, resta ao Poder Público suspender a utilização do referido composto, em clara observância ao dever constitucional de proteção do meio ambiente.

III.III – Evidência na própria FISPQ do detergente e da ureia

A FISPQ, ou Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos, é um documento padronizado que contém informações essenciais sobre produtos químicos, incluindo seus perigos, medidas de segurança e procedimentos de emergência. É obrigatório para produtos químicos classificados como perigosos e também para aqueles que, embora não perigosos, podem apresentar riscos à saúde e segurança durante o manuseio.

A periculosidade ambiental da mistura fica ainda mais evidente quando se analisa a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico) do próprio detergente neutro e da ureia, componente da fórmula, que expressamente alerta ao risco de contaminação do solo e cursos d'água:

FISPO Detergente:

3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Perigos mais importantes	Não há perigo se usado de acordo com as instruções do rótulo. Produto não inflamável.
Efeitos adversos à saúde humana	O contato com os olhos pode causar irritação. O contato por período prolongado com a pele pode causar irritações.
<u>Efeitos Ambientais</u>	<u>Pode contaminar o solo e rios.</u>
Perigos específicos	Irritante para os olhos.
Frases de Precaução da Rotulagem	LEIA ATENTAMENTE O RÓTULO ANTES DE USAR O PRODUTO. CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS

FISPO Ureia:

Para o pessoal do serviço de emergência:	Isole o vazamento de fontes de ignição preventivamente. Utilize EPI completo com óculos de segurança, luvas de segurança, vestuário protetor adequado e sapatos fechados. Em caso de vazamento, onde a exposição é grande, recomenda-se o uso de máscara de proteção respiratória adequada.
Precauções ao meio ambiente:	<u>Evite que o produto derramado atinja cursos d'água e rede de esgotos.</u>
Método e materiais para a contenção e limpeza:	Colete o produto com uma pá limpa ou outro instrumento que não disperse o produto. Coloque o material em recipientes apropriados e remova-os para local seguro. Para destinação final, proceder conforme a Seção 13 desta FISPO.
Diferenças na seção de	Não há distinção entre as seções de medidas e precauções preventivas para este produto.

Portanto, há evidência técnica clara de que o lançamento indiscriminado da mistura no meio urbano, que fatalmente escoar para galerias, bocas de lobo e cursos d'água, configura grave risco ambiental.

Se o próprio fabricante recomenda que o produto não seja lançado no ambiente, sua utilização deliberada como agente de capina, com despejo direto sobre calçadas, ruas e sarjetas, é absolutamente inconcebível e ilegal.

III.IV - Vedação da Capina Química em Área Urbana

A utilização da mistura objeto deste procedimento caracteriza-se, inequivocamente, como prática de capina química, destinada à eliminação de vegetação indesejada por meio de ação química, portanto, configurando-se como herbicida.

Não é por acaso que **o próprio Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 030/2025 classifica expressamente o produto como herbicida**, ao descrever:

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O Quadro 01, a seguir, demonstra as informações do objeto:

Quadro 01 - Descrições Detalhadas dos Objetos

ITEM	DETALHAMENTO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA
	Prestação de serviços de combate a pragas e ervas daninhas em vias públicas com utilização de solução/mistura ecológica.		
01	Composição do Herbicida: Ureia 10%, Vinagre 20%, Açúcar 10%, Essência Vegetais 10%, Detergente 10%, com diluição de 1:66. (Serviço Por Litro Aplicado).	12.000	LITROS

Assim, a própria Administração reconhece, sem qualquer margem para dúvidas, que o objetivo do produto é controlar plantas daninhas, ou seja, trata-se de um **herbicida**, nos termos da definição técnica, jurídica e agronômica.

Em absoluta consonância com esse entendimento, a própria **ANVISA**, motivada justamente pela proliferação ilegal dessa prática em ambientes urbanos, publicou nota oficial na qual afirma:

Preocupada com a difusão da prática não autorizada de uso de agrotóxicos **(herbicidas)** para o controle de plantas daninhas em áreas urbanas especialmente em praças, jardins públicos, canteiros, ruas e calçadas, em condições não controladas pelos órgãos públicos competentes, esta Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) submeteu à consideração da população, mediante a publicação da Consulta Pública nº. 46/2006, proposta de Resolução de sua Diretoria Colegiada para regular a prática da capina química por empresas de jardinagem profissional, nos termos previstos no Decreto nº. 4.074/2002

Neste sentido, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em nota oficial publicada em 2010, **reafirmou a proibição do uso de agrotóxicos/herbicidas para capina em áreas urbanas**, destacando que essa prática não é autorizada por nenhum órgão regulador. Observa-se a conclusão da nota técnica:

Dessa forma, **a prática da capina química em área urbana não está autorizada pela ANVISA** ou por qualquer outro órgão, não havendo nenhum produto agrotóxico registrado para tal finalidade. (destacou-se).

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota sobre o uso de agrotóxicos em área urbana. Brasília, 15 jan. 2010

A ANVISA apontou os riscos à saúde da população, à fauna e à flora, além da impossibilidade de garantir condições seguras de aplicação e isolamento das áreas tratadas. O informe oficial da ANVISA reitera que não há qualquer produto registrado para essa finalidade em ambiente urbano.

Ademais, importante ressaltar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União, o qual orienta a adoção de práticas sustentáveis na administração pública, priorizando métodos que minimizem impactos ambientais e garantam a saúde da população.

Além disso, o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de observância do desenvolvimento sustentável em contratações públicas, o que reforça a inadequação da capina química em áreas urbanas.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do **desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (destacou-se)

Deste modo, importante que se leve em consideração os riscos atribuídos a utilização de herbicidas em área urbana e que constam no documento elaborado pela ANVISA:

1. Durante a aplicação de um produto agrotóxico, se faz necessário que o trabalhador que venha a ter contato com o produto, utilize equipamentos de proteção individual. **Em áreas urbanas outras pessoas como moradores e transeuntes poderão ter contato com o agrotóxico, sem que estejam com os equipamentos de proteção** e sendo impossível determinar-se às pessoas que circulem por determinada área que vistam roupas impermeáveis, máscaras, botas e outros equipamentos de proteção.
2. Em qualquer área tratada com produto agrotóxico é necessária a observação de um período de reentrada mínimo de 24 horas, ou seja, após a aplicação do produto, a área deve ser isolada e sinalizada e, no caso de necessidade de entrada no local durante este intervalo, o uso de equipamentos de proteção individual é imperativo. Esse período de reentrada é necessário para impedir que pessoas entrem em contato com o agrotóxico aplicado, o que aumenta muito o risco de intoxicação. **Em ambientes urbanos, o completo e perfeito isolamento de uma área por pelo menos 24 horas é impraticável, isto é, não há meios de assegurar que toda a população seja adequadamente avisada sobre os riscos que corre ao penetrar em um ambiente com agrotóxicos**, principalmente em se tratando de crianças, analfabetos e deficientes visuais.
3. É comum os solos das cidades sofrerem compactação ou serem asfaltados, o que favorece o acúmulo de agrotóxico e de água nas suas camadas superficiais. **Em situação de chuva, dado escoamento superficial da água, pode ocorrer a formação de poças e retenção de água com elevadas concentrações do**

produto, criando uma fonte potencial de risco de exposição para adultos, crianças, flora e fauna existentes no entorno.

Cabe ressaltar neste ponto que crianças, em particular, são mais sujeitas às intoxicações em razão do seu baixo peso e hábitos, como o uso de espaços públicos para brincar, contato com o solo e poças de água como diversão.

4. Em relação à proteção da fauna e flora domésticas ou nativas, é importante lembrar que cães, gatos, cavalos, pássaros e outros animais podem ser intoxicados tanto pela ingestão de água contaminada como pelo consumo de capim, sementes e alimentos espalhados nas ruas.

5. Por mais que se exija na jardinagem profissional o uso de agrotóxicos com classificação toxicológica mais branda, tal fato não afasta o risco sanitário inerente à natureza de tais produtos. (destacou-se)

Assim, pode-se concluir que **a suposta mistura ecológica, nada mais é do que uma capina química disfarçada, e que não atende os requisitos de sustentabilidade**, estando em desconformidade com a legislação ambiental e com os princípios da contratação pública.

Como demonstrado acima, não há produtos autorizados pela ANVISA para aplicação em ambiente urbano, o que também é confirmado pela Nota Técnica nº 04/2016 da ANVISA.

9. Reitera, ainda, que **é proibida a capina química em ambientes urbanos** de livre circulação (praças, jardins, logradouros etc.), em que não há meios de assegurar o adequado isolamento, ou seja, onde não é possível aplicar medidas que garantam condições ideais de segurança da população que reside ou circula. (destacou-se)

Assim, é inviável a prestação de serviço deste modelo de capina. Deste modo, deve-se determinar a exclusão da modalidade de capina química, adotando-se outras modalidades a exemplo, a capina manual, mecânica ou por eletrocussão de plantas daninhas, garantindo sua conformidade com a legislação ambiental e administrativa.

IV – JURISPRUDÊNCIA

IV.I – Administrativa

No âmbito administrativo, é relevante destacar que diversos órgãos da administração pública vêm se posicionando contrariamente à utilização da

capina química em áreas urbanas, reconhecendo sua ilegalidade e os riscos que ela oferece à saúde pública e ao meio ambiente.

Como exemplo, destaca-se recente decisão da Prefeitura Municipal de Pitangui/MG, que, em procedimento licitatório análogo, Processo Licitatório nº 156/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025, acatou integralmente impugnação apresentada contra edital que previa a contratação de serviços de capina química no município.

IV- DECISÃO

Assim, conheço da impugnação, por tempestiva, para no mérito, acatar o provimento, retificando-se a redação original do edital de licitação e a nova data de abertura, como passo necessário à divulgação do processo licitatório na plataforma site <https://ammlicita.org.br/> disponibilizado no sistema, sendo que a sessão será realizada **23/05/2025 às 08:30 horas**, prazo suficiente para que os interessados tomem conhecimento do teor do presente documento.

Quanto ao Mérito acato Procedência Total ao Pedido, sendo alterado o objeto conforme especificações.

contratação de serviços que envolvam capina química em áreas urbanas, reforçando, assim, a necessidade de exclusão desse item do objeto do presente edital.

IV.II – Jurídica

No âmbito jurídico, a jurisprudência pátria tem se posicionado de forma clara e reiterada no sentido de que a prática da capina química em áreas urbanas é vedada pelos órgãos reguladores, em especial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não havendo qualquer respaldo legal para sua adoção por entes da administração pública.

Em reforço a esse entendimento técnico-normativo, colaciona-se o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o qual confirma a vedação da capina química e a impossibilidade de sua autorização por parte de entes municipais:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.
REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO
CIVIL PÚBLICA . MUNICÍPIO DE CAXAMBU. **CAPINA
QUÍMICA EM ÁREA URBANA. PRÁTICA NÃO
AUTORIZADA PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.**
INEXISTÊNCIA DE PRODUTO AGROTÓXICO
REGISTRADO PARA ESSA FINALIDADE . SENTENÇA

CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Consoante a Nota Técnica expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária em 15 de janeiro de 2010, **"a prática da capina química em área urbana não está autorizada pela ANVISA** ou por qualquer outro órgão, não havendo nenhum produto agrotóxico registrado para tal finalidade" . **2. Nenhum ente municipal poderá autorizar o uso de um agrotóxico** que não seja registrado nos órgãos federais (ou estaduais) competentes para esse fim, porquanto ao Município somente se concede permissão para legislar de maneira supletiva sobre o meio ambiente, isto é, para suprir lacunas por ventura existentes nas legislações federal e estadual, não podendo, obviamente, contrariar as normas ali previstas.
(**TJ-MG** - AC: 10155130021217001 MG, Relator.: Armando Freire, Data de Julgamento: 12/03/2019, Data de Publicação: 15/03/2019). (destacou-se)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **CAPINA QUÍMICA EM ÁREA URBANA**. MUNICÍPIO DE PONTE NOVA. ART. 161, § 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.027/2007 (CÓDIGO DE POSTURAS). **UTILIZAÇÃO DE PRODUTO NÃO LIBERADO PELA ANVISA**. SENTENÇA MANTIDA. - Conforme Nota Técnica publicada pela ANVISA em janeiro de 2010, a prática da capina química em área urbana não está autorizada pela ANVISA ou por qualquer outro órgão, inclusive por não ser possível aplicar medidas que garantam condições ideais de segurança para uso de agrotóxicos em ambiente urbano, não havendo nenhum agrotóxico registrado para tal finalidade - Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, as leis municipais podem ser mais restritivas do que as normas estaduais, e estas, de igual modo, mais restritivas que a norma federal, nunca podendo ser menos restritivas. Ou seja, **nenhum Estado ou Município poderá autorizar o uso de agrotóxico** que não seja registrado nos órgãos federais competentes para tal finalidade .
(**TJ-MG** - AC: 10521110249088001 Ponte Nova, Relator.: Wander Marotta, Data de Julgamento: 09/03/2017, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/03/2017)

Dessa forma, a previsão de capina química em instrumento convocatório de licitação pública revela-se frontalmente ilegal, além de comprometer os princípios da legalidade e da proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, impõe-se o imediato afastamento da exigência ou previsão de uso de capina química no objeto da presente licitação, sob pena de

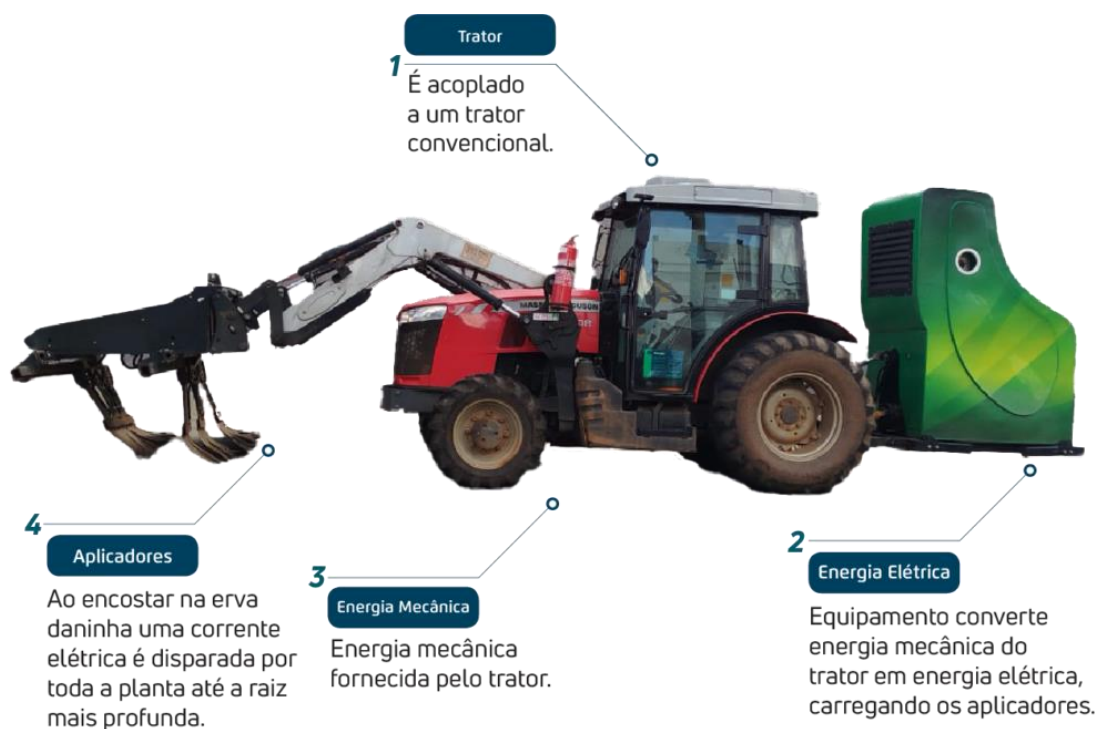
flagrante violação à legislação ambiental e à jurisprudência consolidada sobre a matéria.

V – EXISTÊNCIA DE MÉTODOS ALTERNATIVOS

Importante destacar que a vedação ao presente modelo de capina não inviabiliza a execução do objeto pretendido pela Administração, uma vez que existem métodos seguros, eficazes e ambientalmente sustentáveis para controle de vegetação e manutenção de áreas urbanas.

- Comutação para eletrocussão de plantas daninhas

Método que utiliza equipamentos que aplicam corrente elétrica nas plantas, causando a ruptura de suas estruturas celulares, levando à dessecação e morte da vegetação. O equipamento opera através do contato dos eletrodos com as plantas, promovendo a condução da corrente elétrica da parte aérea até as raízes.



- Capina Manual

Consiste na remoção da vegetação indesejada de forma manual, por meio de ferramentas como enxadas, foices, facões e similares. É realizada diretamente pelos trabalhadores, que fazem o corte ou arrancamento das plantas.



- Capina mecânica

Realizada por meio do uso de máquinas ou equipamentos motorizados, como roçadeiras portáteis, tratores com implementos de roçada ou outros dispositivos mecânicos que realizam o corte da vegetação.



VI – PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que:

- a) O conhecimento da presente impugnação, por ser tempestiva e legítima;
- b) A imediata suspensão do procedimento de dispensa de licitação nº 030/2025, até decisão final sobre a presente impugnação;

- c) A anulação do procedimento de dispensa, por vício material insanável do objeto, por contrariar legislação sanitária, ambiental e constitucional;

Nestes termos,
Pede deferimento.

Lagoa da Prata, 23 de junho de 2025.

**Minas - Controle Profissional
de Pragas LTDA**